

O artesanato pesqueiro: suas origens, adversidades e perspectivas. O enfoque nacional e aspectos da problemática catarinense*

JOSÉ UBIRAJARA TIMM**

- 1. Introdução; 2. O enfoque nacional do artesanato pesqueiro;
3. Aspectos do artesanato pesqueiro catarinense.*

1. Introdução

A oportunidade de participação neste Seminário sobre Sociologia Rural — com ênfase no estudo do campesinato — aguçou nossa atenção para aspectos que, anteriormente, já nos despertavam interesse:

- a) algumas características reveladoras de identidades e semelhanças entre o camponês e o pescador artesanal;
- b) a existência de farta e substanciosa literatura universal sobre o campesinato, contrastando com poucos e esporádicos estudos voltados ao artesanato pesqueiro, sobretudo no Brasil, onde o trabalho de Shepard Forman ainda figura como um raro exemplo;¹
- c) o menosprezo ou a incompreensão governamental em relação às peculiaridades do artesanato pesqueiro, que transcendem às interpretações meramente capitalistas, conforme acentua o Prof. Luiz de Castro Faria;²

* Trabalho apresentado no Seminário de Sociologia Rural do curso de mestrado da EBAP (2º semestre 1975).

** Secretário da Sunab e aluno do curso de mestrado da EBAP.

¹ Forman, Shepard. *The Raft fisherman: tradition and change in the brazilian peasant economy*. Bloomington, Indiana, Indiana University Press, 1970.

² Entrevista na Divisão de Antropologia do Museu Nacional, junho de 1975.

d) confirmação, robustecida por longa vivência com a nossa realidade pesqueira, de que o pescador artesanal brasileiro permanece duplamente marginalizado: geograficamente, pela localização física ao longo do litoral; socialmente, pela situação de abandono a que tem sido relegado.

Partindo dessas premissas e tomando como termo de referência posições assumidas principalmente por Wolf³ com relação ao campesinato, tentamos desenvolver este ensaio sobre o artesanato pesqueiro nacional.

Já em 1967 — há quase uma década, portanto — reiterávamos a necessidade de ser atribuída pelas autoridades federais maior atenção ao artesanato pesqueiro do País, preconizando soluções talvez ingênuas diante daquela realidade nacional, pois estávamos pleiteando um desenvolvimento da pesca, que somente seria satisfatoriamente alcançado "... quando o nosso pescador artesanal deixar de ser objeto de comisseração pública e da ação paternalista governamental, para se constituir no agente atuante e dignificado do processo de desenvolvimento pesqueiro, que deve ter como meta principal a melhoria de vida do próprio pescador antes de propiciar o enriquecimento rápido e desumano de reduzidos grupos econômicos ..."⁴

Como a seguir se demonstra, continuaremos neste trabalho a linha de coerência alimentada pelos mesmos motivos de preocupações que ainda hoje manifestamos diante do artesanato pesqueiro.

2. O enfoque nacional do artesanato pesqueiro

Neste item trataremos do artesanato pesqueiro posicionado no âmbito nacional, já que no item seguinte ajustaremos seu enfoque à realidade do Estado de Santa Catarina. Iniciaremos esta parte buscando encontrar, através do aparato legal, a figura do pescador artesanal, como existência de direito. Diante da inviabilidade do encontro, nos socorreremos de outras fontes governamentais para identificá-lo e conceituá-lo. Já nessa altura, teremos subsídios para esboçar o quadro institucional dentro do qual o pescador artesanal está inserido, bem como para analisar as políticas oficiais formuladas e executadas objetivando o desenvolvimento pesqueiro, fortemente discriminadoras contra o pescador artesanal. Finalmente, abordaremos o recente despertar do Governo federal, com a promessa de soerguimento do artesanato pesqueiro.

2.1 Indefinição legal

O Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, é o diploma legal que regula o exercício da pesca nacional, estabelecendo normas disciplinadoras

³ Wolf, Eric R. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro. Zahar, 1970.

⁴ Trecho de nossa "Apresentação" à obra de Lago, Paulo Fernando, *Comunidades Pesqueiras de Santa Catarina*, Rio de Janeiro, SA Ministério da Agricultura, 1968.

para todos os agentes da atividade pesqueira. Por isso, é comumente chamado de Código de Pesca. Compreende 99 artigos, subdivididos em número muitas vezes superior de parágrafos, incisos, itens e alíneas. Em nenhuma parte desse complexo texto figuram as palavras “pescador artesanal” ou “artesanato pesqueiro” ou simplesmente “artesanal” ou “artesanato”. Mas, como não poderia deixar de ser, a norma legal é rica em outras definições e classificações. Para a atividade pesqueira, por exemplo, contempla três tipos: comercial, desportiva e científica, sendo a primeira definida como “a que tem por finalidade realizar atos de comércio na forma da legislação em vigor”. Como tais atos passam a ser privativos do industrial da pesca, do armador da embarcação pesqueira e do pescador profissional, o art. 26 assim define o último: “É aquele que, matriculado na repartição competente, segundo as leis e regulamentos em vigor, faz da pesca sua profissão ou meio principal de vida.” Já o artigo seguinte trata das restrições ao exercício da pesca profissional por estrangeiros e por menores de 18 anos, facultando-se, aos maiores de 14, o embarque como aprendizes (desde que autorizados pelo juiz competente).

Diante dessas medidas reguladoras e de caráter legal, é evidente que o artesanato pesqueiro não poderá ficar limitado à categoria do pescador profissional, assim como não se poderá considerar como pertencente ao artesanato pesqueiro todo pescador profissional. No primeiro caso, pela impossibilidade de conter na parte o todo maior; no segundo, pelo *status* econômico que as vezes diferencia o profissional do artesão.

2.2 Tentativa de conceituação

Em face da ausência de definição legal para o artesanato pesqueiro, o Governo viu-se recentemente na contingência de conceituá-lo formalmente, embora tantas vezes e tão freqüentemente o termo já houvesse sido invocado de forma discursiva e marcadamente promocional.

O Plano de Assistência à Pesca Artesanal (Pescart),⁵ do qual trataremos em outro tópico, tenta conceituar a pesca artesanal começando por identificar os dois grandes subsetores em que a atividade comercial pesqueira se divide: o da pesca dita industrial, exercida pelas empresas ou sociedades de capital, “mormente as surgidas como fruto da política de incentivos fiscais”, e o da pesca artesanal, “desenvolvida por indivíduos isolados ou por pequenas tripulações, cuja relações de trabalho prevalecentes são as de parceria, constituindo o substrato das colônias e cooperativas de pescadores”.⁶

⁵ Plano formulado pela Sudepe, com a participação de recursos financeiros do Ministério da Agricultura, do Incra e do BNCC.

⁶ *Pescart. Documento básico*. Brasília, Gráfica Gutenberg, 1974. p. 10.

Mais adiante o próprio documento reconhece a fragilidade do conceito e ressalva: "... a divisão entre pesca industrial e artesanal não obedece a limites muito vivos". Assim, se é clara a distinção entre empresário industrial e pescador a remo, a vela ou dono de pequenas embarcações a motor, há pescadores incluídos na categoria artesanal cujas características se aproximam muito mais do empresário que do artesão. Não querendo alongar a questão, o Pescart conclui que a pesca artesanal é aquela que não é feita por sociedades de capital, definindo como pescadores artesanais, como consequência, aqueles que não são sócios ou empregados de tais empresas. Cabe aqui apenas ponderar se adequando a definição utilizada por Wolf para o camponês — "cultivador rural cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante, constituído pelos que governam, que os utilizam para assegurar seu próprio nível de vida, e para distribuir o restante entre grupos da sociedade que não cultivaram a terra, mas devem ser alimentados, dando em troca bens específicos e serviços"⁷ — às peculiaridades do pescador artesanal (substituindo, por exemplo, o fator de produção terra e o seu cultivo, pelo meio líquido de onde a pesca é extraída) não se chegaria mais próximo da realidade brasileira. Ou, tendo em vista que a quase-totalidade do pescador artesanal brasileiro se constitui de um misto de pescador e agricultor de subsistência, não seria mais pertinente atribuir ao artesanato pesqueiro alguns dos traços que Maria Isaura identifica no camponês: o destino primordial da produção para o sustento da própria família com a venda ou não do excedente da colheita.⁸

São questões relevantes que aqui apenas afloramos, na esperança de que possam ser mais bem tratadas pelos estudiosos da antropologia e da sociologia rural.

2.3 O quadro institucional

A lei reconhece como de domínio público todos os animais e vegetais que se encontram nas águas interiores e no mar territorial brasileiro. Em outras palavras, é do domínio da União a área onde se exerce a pesca, desde que não esteja confinada ao reduzido limite da propriedade privada. Tal domínio se manifesta pelas normas prescritivas do aludido Código de Pesca e por isso exige do pescador profissional a matrícula "na repartição competente" para que lhe seja concedida a "licença" para pescar. Na prática, a vinculação não é tão fácil como a simplicidade do texto legal parece indicar: constituir-se de múltiplas amarras de envolvimento com a com-

⁷ Wolf, Eric R., op. cit. p. 16.

⁸ Queiroz, Maria Isaura Pereira. *O Camponato brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1973. p. 29.

plexa estrutura de autoridade regida por processos formais, geradores de relações em cadeia ou de círculos viciosos.

Há todo um rito a ser seguido para atender às exigências desse “domínio administrativo”⁹ imposto para a habilitação do pescador artesanal como “profissional”. Mediante o preenchimento dos seguintes requisitos sucessivos: a) filiação à Colônia de Pescadores; b) registro no órgão local da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca; c) matrícula na dependência da Capitania dos Portos, que lhe concede a “caderneta” com a licença para exercer a atividade de captura ou extração, com fins comerciais, de elementos animais ou vegetais que tenham na água seu normal ou mais freqüente *habitat*, o pescador artesanal pode praticar a pesca comercial. Como é fácil de inferir, o cumprimento de tais exigências muitas vezes constitui obstáculo intransponível para o pescador, criando-se, entre outros, o seguinte impasse: como grande parte dos pescadores artesanais não possui as mínimas condições econômicas para o atendimento das imposições desse poder constituído e estranho ao seu extrato social, permanece legalmente impedido de pescar. Como necessita sobreviver e assegurar o sustento familiar, desrespeita a lei e pouco é molestado pela ação autoritária, a qual se exerce de forma punitiva através da exclusão do artesanato dos benefícios da previdência social — evidente e lamentável paradoxo. Isso porque para que o pescador ingresse no Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) é condição indispensável sua vinculação à Colônia de Pescadores e aos demais elos da cadeia institucional.

Os dados fornecidos pelo Pescart e constantes da tabela 1 expressam, de forma significativa, o estágio de marginalização do artesanato pesqueiro, no período 1960-8, no que concerne ao ínfimo percentual de vinculação às Colônias de Pescadores, situação que pouco deve ter-se alterado para melhor nos anos mais recentes.

Os dados também revelam (tabela 2) a predominante participação do artesanato no cômputo geral da produção pesqueira nacional, abalada pelo impacto da política dos incentivos fiscais à indústria, em 1968, para já no ano seguinte reagir favoravelmente até atingir o limite da série, em 1970, com os percentuais de 58,3% sobre o volume produzido e de 54,2% do valor total alcançado.

Existe ainda um outro ente público detentor de poder atuando de forma discricionária sobre o pescador: o Serviço do Patrimônio da União, que regula a posse dos terrenos de marinha, compreendidos dentro de uma faixa de 33 metros do limite de preamar (medida no ano de 1831), sobre os quais se localizam as habitações e as bases de pesca nas comunidades pesqueiras.

⁹ Denominação usada por Wolf para caracterizar um dos tipos de dominação exercida sobre o camponês. Op. cit. p. 85.

Tabela 1

População brasileira de pescadores profissionais registrados, segundo o grau de organização e categoria etária (1960-8)

Ano	Número de colônias	Número de pescadores profissionais					Média por colônias	Índices: 1960 = 100		
		Total	Coloni- zados	Não-colo- colônias	Menores de 18 anos	18 anos e mais		Total	Coloni- zados	18 anos e mais
1960	206	239.761	79.509	160.252	31.896	207.865	1.163	100	100	100
1961	210	256.008	86.280	170.936	35.675	220.333	1.219	106	108	112
1962	211	257.130	83.634	173.496	34.171	222.959	1.218	107	105	107
1963	205	271.460	83.917	107.543	37.946	233.514	1.324	113	105	119
1964	202	277.381	82.808	194.573	37.658	239.723	1.373	116	104	118
1965	210	288.466	87.882	200.584	39.479	248.987	1.374	120	110	124
1966	228	307.846	93.612	214.234	42.045	265.801	1.350	128	118	132
1967	230	315.636	93.597	222.039	43.156	272.480	1.372	132	118	135
1968	242	311.824	94.410	217.414	42.590	269.234	1.288	130	119	134

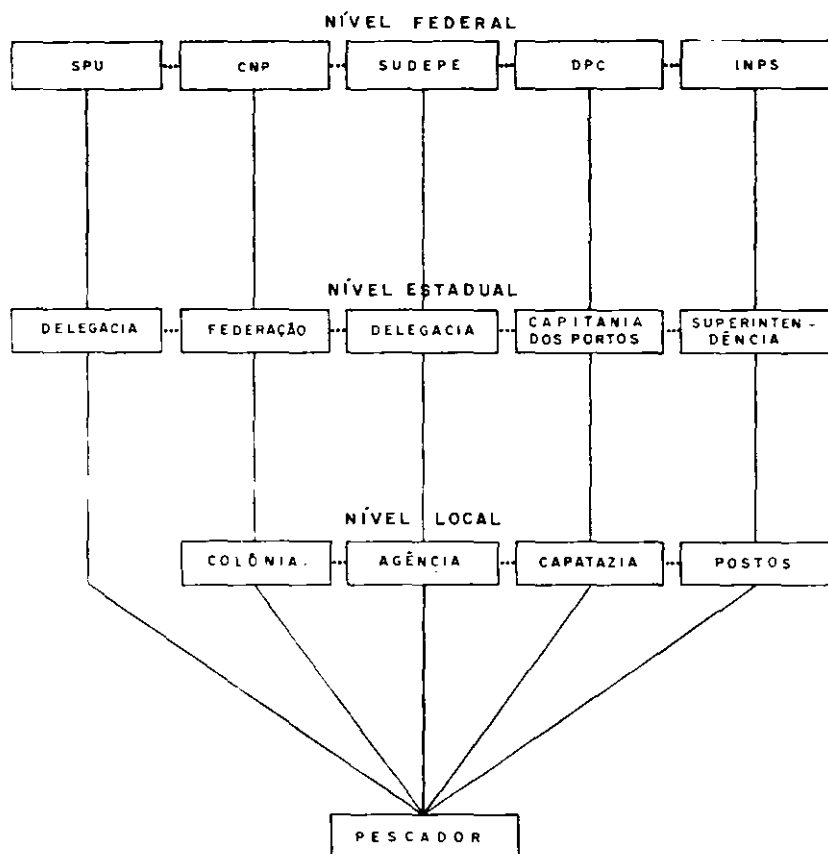
Tabela 2

Produção brasileira de pescado de mar e de água doce discriminando a participação absoluta e relativa de pescadores (colônias)
(1960-70)

Ano	Quantidade em 1.000 t									Valores em Cr\$ 1.000									Quantum Laspeyre (Critério 1965 = 100)
	De mar			De água doce			Total			De mar			Água doce			Total			
	Total	Colônias	Porcentagem	Total	Colônias	Porcentagem	Total	Colônias	Porcentagem	Total	Colônias	Porcentagem	Total	Colônias	Porcentagem	Total	Colônias	Porcentagem	
1960	220	184	83,6	54	13	24,1	281	197	70,1	6.394	2.625	44,2	1.562	432	27,6	8.100	3.257	40,2	143
1961	263	169	64,2	60	13	21,6	330	182	55,1	9.331	4.321	46,3	2.363	540	22,8	12.031	4.861	40,4	160
1962	337	214	63,5	66	16	27,2	414	232	56,0	18.397	10.623	57,7	4.153	1.171	28,2	23.240	12.206	52,5	216
1963	339	209	61,6	78	21	26,9	421	230	54,6	31.233	16.094	51,5	8.241	2.029	24,6	39.842	18.284	45,9	223
1964	282	151	53,5	95	32	33,7	377	137	36,3	47.959	21.751	45,3	14.680	3.844	26,2	62.875	25.797	41,0	202
1965	327	183	55,9	94	22	23,4	422	208	48,8	86.743	44.482	51,2	26.440	5.568	21,1	113.634	50.407	44,4	226
1966	351	205	58,4	84	20	23,8	435	225	51,7	131.046	60.294	46,0	25.543	6.176	24,2	160.915	66.470	41,3	234
1967	340	172	50,5	88	20	22,7	429	192	44,7	169.191	71.058	42,0	43.622	9.421	21,6	213.246	80.479	37,7	229
1968	391	195	49,8	107	34	31,7	500	229	45,8	234.556	93.366	39,8	66.194	21.280	32,1	302.829	114.626	37,8	269
1969	387	222	57,3	112	38	33,9	501	260	51,9	335.514	179.024	53,3	84.424	26.452	31,3	421.475	205.476	48,7	270
1970	421	225	53,4	103	32	31,1	526	307	58,3	401.577	239.298	59,5	98.033	31.310	32,6	496.811	270.608	54,3	281

Esquemáticamente, mostramos a situação do quadro institucional vigente em relação ao pescador, nos três níveis em que se situa (veja quadro 1).

Quadro 1
Quadro institucional



Legenda:

— Vinculação e/ou fiscalização

... Integração

Siglas:

SPU = Serviço do Patrimônio da União

CNP = Confederação Nacional dos Pescadores

Sudepe = Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

DPC = Diretoria de Postos e Costas

INPS = Instituto Nacional da Previdência Social

2.3.1 A Colônia de Pescadores

Aparentemente, e como o nome poderia sugerir, a Colônia de Pescadores deveria ser o órgão de coalizão do pescador com seus companheiros, “tanto para neutralizar as pressões seletivas que sobre eles recaem, como também para neutralizar aquelas de tipo individual, especialmente se emanam dos indivíduos de posição elevada, de pessoas com mais poder militar, político ou econômico do que eles”, conforme as qualidades que Wolf aponta para algumas das alianças dos camponeses.¹⁰ E como a forma associativa do pescador também se concentra na federação (nível estadual) e na confederação (nível nacional) poderia, num julgamento apressado, ser igualmente confundida com outras modalidades de coalizões camponesas, como as identificadas por Robert T. e Gallatin Anderson, no despertar da Revolução Industrial, e cuja descrição da estrutura organizacional presta-se significativamente para esta nossa abordagem do quadro institucional pesqueiro: “A estrutura organizacional de uma associação é eficiente. Toma providência para uma tomada de decisões ordeira através de convocação regularizada, de associados disciplinados, ou um corpo de funcionários que os representam. Tem uma base de poder bem definida de um número de membros compatíveis e um tesouro robustecido, em parte, pelo menos, pela tributação regular. Possui uma liderança autoritária, geralmente sob o comando de um presidente, com tarefas especializadas delegadas aos líderes secundários. Além disso, essas virtudes no nível da comunidade são duplicadas em nível regional e nacional pela incorporação em associações parentais mais amplas, similarmente constituídas.”¹¹

A semelhança entre a Colônia de Pescadores e, por consequência, seus órgãos representativos em níveis superiores, e essas associações camponesas resume-se apenas nos aspectos de formalização da estrutura organizacional e nos procedimentos burocráticos para o seu funcionamento. Quanto à essência, legitimidade e à efetiva representatividade da organização, não possuem nada em comum. Na verdade, a colônia não é fruto de uma coalizão de pescadores. Ao contrário, é entidade imposta pelo poder público como associação compulsória e nisso se equipara, no aparato institucional dominante do pescador, com os demais órgãos representativos da área governamental. Imposição que ainda sobrevive de época quase tão distante quanto à da Revolução Industrial, como a seguir se demonstra.

2.3.1.1 As origens e o pátrio poder

A Colônia de Pescadores encontra os seus antecedentes mais remotos num ato público datado de 19 de maio de 1846, quando o Governo, através do Decreto nº 447, mandava sujeitar à matrícula nas Capitanias dos Portos,

¹⁰ Wolf, Eric R. op. cit. p. 112.

¹¹ Id. ibid. p. 116-7.

gratuitamente, os pescadores e embarcações de pesca, e amparar e instruir os praianos “como testemunho da gratidão do Governo e da Nação pelos grandes serviços prestados à causa de nossa Independência pelos pescadores nacionais, e prevendo sua utilidade como valiosos instrumentos na defesa do País”.¹²

Parece que o mesmo cunho patriótico inspirou o Ministério da Marinha para promover a cruzada cívica de 1919 a 1923, quando, sob o comando de Frederico Villar, o cruzador *José Bonifácio* “percorreu durante quatro anos a nossa costa e o rio Amazonas, matriculando pescadores (100 mil), organizando-se em colônias cooperativas dotadas de escolas, de serviços incipientes de saúde, tentando eliminar o ‘geleiro’, o capitalista, que protegido pelo político, reduzia o pescador à escravidão, fornecendo-lhe os instrumentos de pesca — lícitos e ilícitos — e os meios de precária sobrevivência a troco de todo o peixe produzido”.¹³

Ainda hoje, a existência da bandeira (“retangular, de cor branca, no canto esquerdo o emblema da Colônia, e a meio, na curva, a designação: ‘Colônia de Pescadores Z’, por cima do nome do estado a que a mesma pertença”) e do emblema (“um escudo, tendo no interior, sobre campo preto, o símbolo do Cruzeiro do Sul, encimado pelo dístico Pátria Dever”)¹⁴ denunciam os sentimentos patrióticos dos promotores da original cruzada pelas costas brasileiras.

E mais: a presença da Marinha não se limita a esses fatos históricos e aos símbolos estereotipados nas colônias. O seu pátrio poder se exerce de forma dominante nos quadros dirigentes da confederação, das federações, das colônias e de suas capatazias, tradicionalmente comandadas por elementos da reserva naval. Mas o curioso é que, por força de lei, ao ministro da Agricultura compete aprovar a organização dessas entidades, empossar seus dirigentes máximos, cabendo à Sudepe supri-las com recursos financeiros e fiscalizar suas atividades...¹⁵

2.3.1.2 A ilegitimidade

A ilegitimidade dessas organizações e a ausência de representatividade do artesanato pesqueiro na condução de seus destinos manifestam-se desde a evasão de seus quadros associativos de significativa parcela de pescadores (apesar do seu caráter compulsório), até o absurdo artificialismo dos próprios atos constitutivos desses órgãos, com complicados e ininteligíveis

¹² Sudepe. *III PNDP*. 1974. p. 10.

¹³ Silva, Paulo Moreira. O problema da pesca no Brasil. *Estudos do mar brasileiro*. Rio de Janeiro, Renes, 1972. (Série Problemas Brasileiros.)

¹⁴ Disposições expressas nos art. 49 e 50 do Estatuto das Colônias de Pescadores, aprovado pela Portaria-MA nº 471, de 26 de dezembro de 1973.

¹⁵ Portarias do Ministério da Agricultura aprovam os atos de organização, após exame da Sudepe. Os atuais dirigentes da Confederação têm assegurado clima satisfatório de entendimento entre os dois setores ministeriais evitando, destarte, conflitos de jurisdição que as inadequações normativas poderiam propiciar.

conceitos jurídicos e complexos mecanismos burocráticos, agressivos à simplicidade da vida do pescador, muitas vezes analfabeto. Cada vez mais distanciadas da realidade daqueles para os quais foram criadas ou que, ao menos, deveriam representar algumas dessas organizações, transformaram-se em figuras de retórica, como bem expressam estes textos extraídos do relatório anual de uma das federações das colônias:

"...Essas entidades (as colônias), no último triênio, sofreram uma série de transformações em seu zoneamento. A constante dominante cingia-se sempre à proliferação desmesurada... Na intenção de evitar o soçobramento desses organismos pela inércia, propugnou-se, através de um planejamento, um esquema totalmente novo, partindo-se para uma reformulação universal..." Ou, ainda, conceituações ininteligíveis para o pescador, como estas constantes do mesmo documento:

"Os problemas sociais humanos, vivos e apaixonantes, condicionam os indivíduos integrados em sociedade, a se sentirem marginalizados por eles, olhando-os com inquietação, procurando emergir as situações mais gritantes, propugnando por situações mais condizentes, enfim, buscando a conscientização desses problemas para que eles se apresentem com toda sua pujança.¹⁶ Até certo ponto se explica porque o mesmo dirigente de federação, em outro relatório, reclama contra a denominação de colônia, "soando antiesteticamente em nossos ouvidos", sugerindo nome "mais atual e condizente". Para concluir: "Em grandes centros pesqueiros elas existem, afirmando-se alegremente pelo litoral, com designações diversas. Em Portugal, por exemplo, Casas dos Pescadores."¹⁷

2.4 *A discriminação governamental*

Como evidenciamos, o artesanato pesqueiro não tem representatividade na estrutura de poder que domina o setor. Conseqüentemente, não influiu no processo decisório para a formulação das políticas públicas que começaram a se esboçar a partir da década de 1960, diante do despertar nacional para a importância da realidade pesqueira do País, motivado pelos seguintes fatores políticos, econômicos e sociais relevantes:

- a) o crescimento notável da produção pesqueira mundial, que atingiu, na década, o montante de 60 milhões de toneladas anuais, representando um aumento de quase duas vezes em relação à produção da década anterior (em 1959 totalizava 33,6 milhões t);
- b) os exemplos próximos do Chile e do Peru, principalmente desse último país, que passou a liderar a produção mundial de pescado, com mais de 10 milhões de toneladas/ano;
- c) as amplas potencialidades da pesca brasileira, tanto para exploração dos estoques marinhos, ao longo de quase 8 mil km de costa atlântica e

¹⁶ Federação das Colônias de Pescadores do Estado de Santa Catarina. *Relatório*, 1972. Florianópolis, SC, 1973.

¹⁷ *Relatório*, 1971. Florianópolis, SC, 1972.

nos largos limites das 200 milhas do mar territorial, como no aproveitamento racional dos imensos recursos das águas interiores, constituídos por milhares de rios, lagoas e águas represadas;

d) as quase inesgotáveis possibilidades de fomento de piscicultura, mediante o aproveitamento das ótimas condições ecológicas em todas as regiões do País;

e) a existência de tradicional parque industrial pesqueiro nos diversos estados litorâneos, cujos investimentos financeiros haviam-se expandido nos últimos anos, associada à adoção de modernas tecnologias para captura e processamento do pescado;

f) a ocupação de recursos humanos nas múltiplas atividades pesqueiras, empregando efetivos de mão-de-obra em percentual significativo para o mercado de trabalho, bem como o contingente representado pelo artesanato pesqueiro, atingindo mais de 300 mil pescadores, em 1967 (tabela 1);

g) a viabilidade de oferta, pela produção pesqueira, ao consumo interno, de vultosos suprimentos de proteínas indispensáveis à redução da carência protéica crônica da dieta alimentar da maioria da população brasileira, como também para o enriquecimento da ração animal;

h) finalmente, a capacidade de exportação de produtos geradores de divisas no mercado externo, tão necessária ao equilíbrio do balanço de pagamentos.

Providências institucionais então foram adotadas para a implementação dessas políticas, totalmente independentes da influência do artesanato;

a) 1962 — criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Lei-delegada nº 10/62);

b) 1966 — reconhecimento da pesca como indústria de base para efeito de amparo financeiro pelas linhas oficiais de crédito, principalmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (Decreto nº 18.696/66);

c) 1967 — adoção de política protecionista em relação aos demais setores da economia nacional, com o fim de promover o rápido desenvolvimento da pesca através de mecanismos de incentivos fiscais (Decreto-lei nº 221/67);

d) 1970 — ampliação dos limites do mar territorial brasileiro para 200 milhas, a partir do litoral continental e insular do Brasil (Decreto-lei nº 1098/70).

2.4.1 A prioridade para a pesca industrial

Ao estabelecer os objetivos da política dos incentivos fiscais à industrialização da pesca, o Governo preteriu o artesanato pesqueiro, aparentemente para produzir maiores benefícios para a população como um todo o que, em termos de teoria racional abrangente, representaria a maximização de benefícios sociais com a correspondente minimização de custos econômicos.

É as razões invocadas segundo essa lógica econômica poderiam ser as seguintes:

a) não há termo de comparação numérica entre mais de 80 milhões de brasileiros como consumidores potenciais do aumento da oferta de proteínas (que a pesca industrial deveria produzir em abundância, a baixo preço e a curto prazo) e o número de pescadores artesanais somados aos seus dependentes;

b) ao nível da pesca artesanal não seria viável — dentro do raciocínio governamental — atrair capitais privados para o setor pesqueiro, desprovido dos interesses que outras áreas econômicas poderiam oferecer, mormente nos programas industriais das Regiões Norte e Nordeste, já amparadas por incentivos e estímulos significativos, agenciados pelas Superintendências Regionais (Sudam e Sudene);

c) a adoção dos mecanismos de incentivos fiscais condicionados à política de democratização do capital das empresas, mediante a abertura da participação acionária, possibilitaria a atração, para o setor pesqueiro, de grande número de novos acionistas, que passariam a atuar como mais uma forma de sustentação dos interesses da pesca.

Com base em tais pressupostos otimistas e dentro dessas projeções econômicas, o Governo prognosticou o crescimento da pesca para a década 1967-77 em mais de quatro vezes, pois deveria atingir, no final do período, 2 milhões de t.¹⁸

2.4.2 O malogro da política dos incentivos fiscais à pesca

Transcorridos cerca de 12 anos de criação da Sudepe e mais de oito dos estímulos instituídos pelo Governo para o fomento creditício à pesca como indústria de base e à adoção dos incentivos fiscais, já no segundo prazo de vigência), é lícito avaliar os resultados da mobilização volumosa de recursos alocados ao desenvolvimento industrial da pesca, absorvidos pelos 137 projetos aprovados pelo Governo para que aqueles objetivos fossem alcançados. Igualmente é pertinente indagar o tão alardeado aumento da produção pesqueira pelo setor industrial para suprir a população nacional de proteínas abundantes e a baixo preço, do que ainda é tão carente.

1. A tabela 3 configura todo o quadro de frustração da política dos incentivos em termos de *performance* de captação de recursos para a implementação dos referidos projetos, pois apenas 80 participaram da captação e assim mesmo em volume inferior à metade do total aprovado.

2. A tabela 4 demonstra que a participação dos incentivos fiscais à pesca decresceu, a partir de 1971, tanto em termos absolutos quanto em relação às demais áreas de captação de deduções do imposto de renda.

¹⁸ Meta estabelecida na Carta de Brasília, Programa do Setor Agropecuário do Governo Costa e Silva. Veja *Livro anual da agricultura*. Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1967. v. 1.

Tabela 3

Situação dos projetos de incentivos fiscais à pesca

N.º	Estados	Projetos	% est. total	Recursos próprios	Recursos de incentivos			Tendência das liberações — Projetos p/ estados									
					Aprovados	Liberados	%	Total		Até out./74		Até 1974		Até 1973		não captaram	
								N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1	RS	20	14,5	99.216.693,06	262.615.607	147.326.900	52,0	3	15	5	25	7	35	3	15	2	10
2	SC	36	26,2	112.216.693,06	226.990.227	109.661.328	47,7	3	8,3	4	11,1	12	33,3	12	33,3	5	13,9
3	PR	2	1,4	5.743.064,52	13.621.961	15.541.198	114,0	1	50	—	—	1	50	—	—	—	—
4	SP	34	24,6	206.331.814,29	454.796.348	272.191.986	59,8	6	17,6	5	14,7	7	20,6	12	35,2	4	11,7
5	RJ	17	12,4	56.811.841,86	142.376.914	76.809.570	53,9	5	29,4	—	—	5	29,4	5	29,4	2	11,8
6	GB	18	13,1	75.579.212,14	208.253.638	76.903.681	36,9	3	16,6	2	11,1	2	11,1	7	38,6	4	22,2
7	ES	2	1,4	1.985.163,37	5.955.487	2.912.524	48,9	—	—	—	—	—	—	2	100	—	—
8	BA	1	0,7	2.364.059,25	7.152.177	225.576	3,1	—	—	—	—	1	100	—	—	—	—
9	PE	1	0,7	1.223.679,00	2.447.354	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	100
10	RN	1	0,7	1.564.364,13	703.964	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	100
11	CE	1	0,7	76.000,00	152.000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	100
12	PA	4	2,9	18.516.059,41	16.365.000	9.499.731	58,0	—	—	—	—	—	—	3	75	1	25
Totais		137	100	581.648.644,09	1.364.632.677	711.272.494	52,1	21	15,4	16	11,6	35	25,5	44	32,1	21	16,4

Data do levantamento: 23.10.74

Fonte: Sudepe.

Tabela 4

Evolução dos incentivos fiscais (a preços constantes em milhões de cruzeiros e percentuais sobre o imposto de renda)

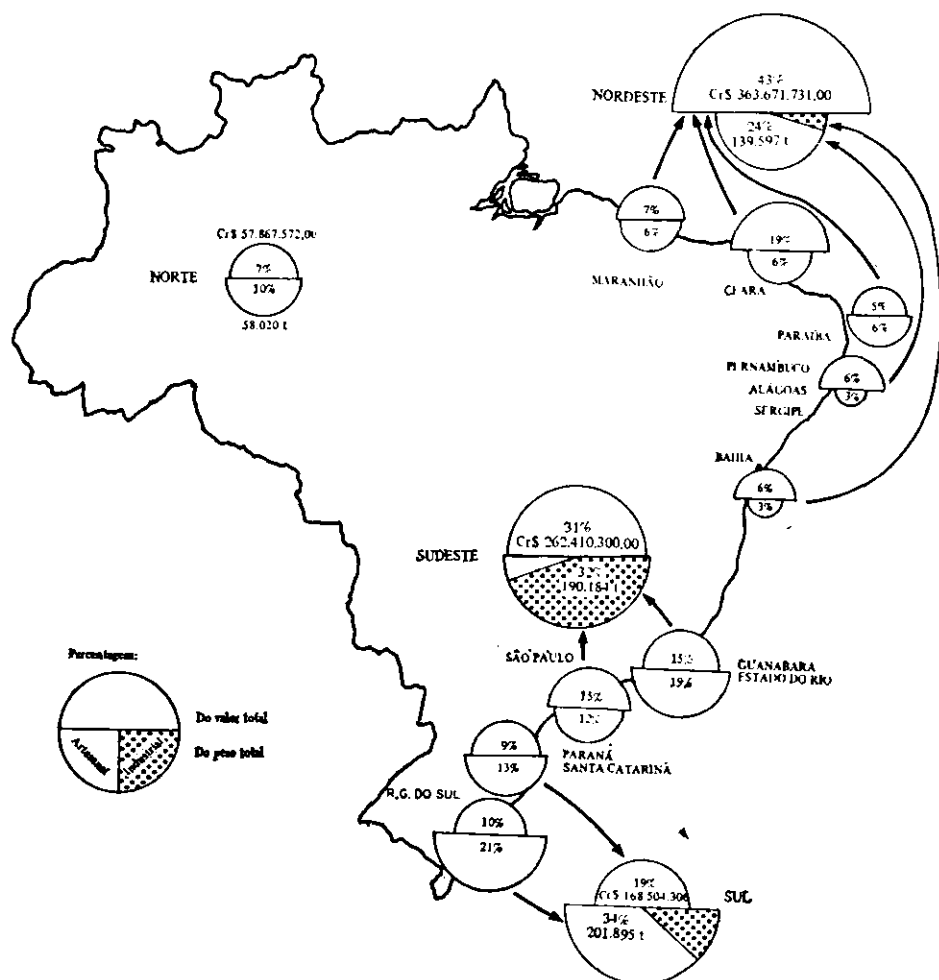
Objetivo \ Ano	1969		1970		1971*		1972		1973	
	Cr\$	% IR	Cr\$	% IR	Cr\$	% IR	Cr\$	% IR	Cr\$	% IR
Sudene	595,0	16,5	939,4	20,3	745,1	11,6	794,1	8,2	1.089	8,6
Sudepe	98,2	2,7	234,0	5,1	159,2	2,5	108,6	1,1	103,4	0,8
IBDF	36,7	1,0	114,8	2,5	291,5	4,5	395,6	4,1	554,2	4,4
Outros	408,9	11,4	492,7	10,6	1.243,8	19,2	2.301,1	23,8	3.283,3	26,1
Total	1.138,8	31,6	1.780,9	38,5	2.439,6	37,8	3.599,4	37,2	4.049,8	39,9

*Ano em que começou a ser deduzido o IR para o PIS, Mobral, PIN, Proterra, Embraer e Geres.

Fonte: *Folha de São Paulo*, 10.3.74.

3. Os últimos dados estatísticos revelados pela Sudepe e constantes da figura 1 acusam como produção nacional de pesca, para o ano de 1971, menos de 700 mil t (montante previsto também para 1974), sendo mais da metade produzida pelo artesanato pesqueiro — o grande ausente dos benefícios fiscais, mas que de forma notável confirma a sua presença como força produtiva no setor pesqueiro.

Figura 1
Produção Brasileira de Pescado — 1971



4. O País continua importando pescado em volume superior ao dobro do que exporta, embora a maioria dos 137 projetos apoiados pelos incentivos fiscais tenha-se voltado para produtos exportáveis (principalmente camarões e lagostas), em detrimento de objetivos de produção de pescado abundante e barato para o consumo interno. Com a retração das compras pelos mercados externos, grandes estoques de produtos industrializados permaneceram sem compradores.

Não cabe nesta rápida abordagem apontar as causas às quais poderia ser imputada a responsabilidade pela frustração da política dos incentivos fiscais à industrialização da pesca, pois nosso objetivo é evidenciar que o artesanato pesqueiro, embora preterido e praticamente desassistido pelo poder público, ainda constitui o principal elemento produtivo da pesca nacional, enquanto que o tão promovido novo setor industrial se encontra em estado de insolvência e, em grande parte, em processo falimentar. A começar pelo Estado de Santa Catarina, que teve o maior número de projetos aprovados para benefícios de incentivos. É exemplo eloquente dessa situação calamitosa o fato de que quase todas as indústrias de pesca da área dos incentivos (em número de 36) estão em estado de insolvência financeira, muitas delas já paralisadas e as restantes operando com elevados índices de ociosidade.¹⁹ Aqui no Grande Rio o panorama não é menos desalentador: “as indústrias atravessam a pior crise da sua história, com fábricas vendidas a estrangeiros e outras falidas”.²⁰

2.5 *A promessa de soerguimento*

Enquanto a cúpula nacional dos setores públicos vinculados à pesca vivia a ilusão eufórica do desenvolvimento industrial pesqueiro com base na política dos incentivos fiscais, desencadeava-se, a partir do Estado de Santa Catarina, um movimento de valorização do setor artesanal pesqueiro, fundamentado em ponderáveis razões:

- a) os principais produtores mundiais de pescado tradicionalmente mantêm e valorizam o seu artesanato pesqueiro, como fator indispensável ao êxito do próprio setor industrial;
- b) o exemplo da explosão industrial da pesca no Peru jamais poderia ser copiado pelo Brasil ou qualquer outro país, em face das condições peculiaríssimas de ocorrência da “enchoveta” na confluência de correntes oceânicas na costa peruana;
- c) a existência ostensiva do artesanato pesqueiro nacional como maior responsável pela produção pesqueira do País e ainda dispondo de potencialidades produtivas em áreas não exploradas, como a piscicultura;

¹⁹ Entrevista com o chefe da assessoria técnica do superintendente da Sudepe, maio de 1975.

²⁰ Declarações do presidente do Sindicato da Indústria de Conserva do Pescado de Niterói e São Gonçalo, industrial Manoel Quadro Barros, publicadas no *Jornal do Brasil*, em 1975.

d) abstraindo-se os interesses sociais, mesmo em termos meramente econômicos, alguns tipos de exploração pesqueira artesanal oferecem índices de rentabilidade superiores ao setor industrial.

Diante da indiferença nacional a essas ponderações,²¹ promoveu-se, em Santa Catarina, pesquisas universitárias junto às comunidades pesqueiras, seminários para um desenvolvimento, e, entre outras iniciativas, criou-se o primeiro serviço de extensão pesqueira no País, mais tarde institucionalizado na Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (Acarpesc). Em seguida, levou-se o modelo para o Rio Grande do Sul, através da congênere Acapergs, igualmente incumbida da prestação de assistência técnica aos pescadores artesanais e suas famílias, transmitindo-lhes, inclusive, rudimentos de educação sanitária e alimentar. Um dos principais instrumentos do serviço de extensão pesqueira é a adoção do crédito educativo, que associa ao caráter financeiro a finalidade educativa, pois a aplicação dos recursos creditícios é acompanhada de orientação técnica visando ao aumento da produção e da produtividade do trabalho humano, tanto na fase de planejamento quanto na de aplicação do empréstimo bancário.

O êxito da extensão pesqueira viria a contrastar com o malogro da aventura dos incentivos fiscais para a pesca industrial, resultados que influíram fortemente no sentido da formulação do atual Plano de Assistência à Pesca Artesanal (Pescart).²²

O Pescart propõe-se a corrigir as distorções discriminadoras contra o artesanato pesqueiro, facilitando seu soerguimento e levando para todos os estados pesqueiros a experiência consolidada nesse campo pelo sul do País.

A própria Sudepe finalmente já passa a reconhecer:

“É importante ressaltar que a atividade do pescador artesanal é complementar à indústria e ao mesmo tempo auxiliar, pois efetua um tipo de captura próximo à costa, onde a pesca industrial só poderia operar com prejuízos.”

“É, portanto, perfeitamente definido que as duas atividades são complementares e subsistirão através do tempo; ambas se complementam.”²³

Como o Pescart ainda constitui alentadora promessa, aguardamos que o futuro objetive e consagre com realizações os propósitos que o motivaram. Seus primeiros passos prometem seguir o rumo certo para a programação séria e objetiva da ação governamental.

²¹ O Almirante Nunes de Souza, inicialmente como presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e, posteriormente, como superintendente da Sudepe, foi um dos poucos sensíveis ao nosso posicionamento em defesa do artesanato pesqueiro.

²² Estabelecemos os entendimentos iniciais para a criação do Pescart, articulando os interesses dos órgãos participantes, minutando o convênio de constituição e chegamos a participar da elaboração do plano original a ser executado sob a responsabilidade direta da Sudepe, através de sua secretaria executiva.

²³ Pescart. op. cit. p. 11.

3. Aspectos do artesanato pesqueiro catarinense

Abordaremos nesta parte final de nosso trabalho alguns aspectos característicos do artesanato pesqueiro de Santa Catarina, com base em experiências pessoais vividas em cerca de duas décadas de convivência com aquela realidade e em subsídios de pesquisas universitárias e outros estudos técnicos promovidos no âmbito da pesca artesanal. Socorremo-nos também de dados estatísticos e outros elementos informativos de relatórios oficiais dos serviços públicos ou de outras entidades envolvidas com a pesca estadual.

Trataremos inicialmente dos aspectos de caráter social do artesanato catarinense, compreendendo o homem, sua família, sua comunidade e suas coalizações; e, no final, ao analisarmos os fatores de produção, revelaremos algumas experiências realizadas no sentido da introdução de um esquema de enomia de escala para a exploração empresarial da produção e de organização dos pescadores em associações cooperativas ou em outra forma mais simples de associativismo produtivo.

Encerrando o trabalho, projetaremos algumas perspectivas sombrias para o artesanato pesqueiro catarinense, diante de um futuro incerto.

3.1 *A participação produtiva do pescador*

A exemplo do que ocorre no âmbito nacional, são precários os dados estatísticos disponíveis sobre o artesanato pesqueiro catarinense, mais devido a indefinições oficiais sobre essa categoria de produtor de pescado do que devido à ausência de levantamentos estatísticos gerais sobre a pesca. Se aceitarmos como válidos os divulgados pela Federação das Colônias de Pescadores de Santa Catarina, o ano de 1973 registrava a presença de 16.224 pescadores matriculados nas 16 colônias existentes no litoral catarinense, representando a sua produção 30,4% do volume anual de pescado capturado e 71% do valor total. Segundo a mesma fonte, a participação dos pescadores colonizados (e que representava cerca de 70% do total de pescadores em atividade no mesmo ano) evoluiu favoravelmente no triênio 71-3, conforme demonstra o gráfico 1.

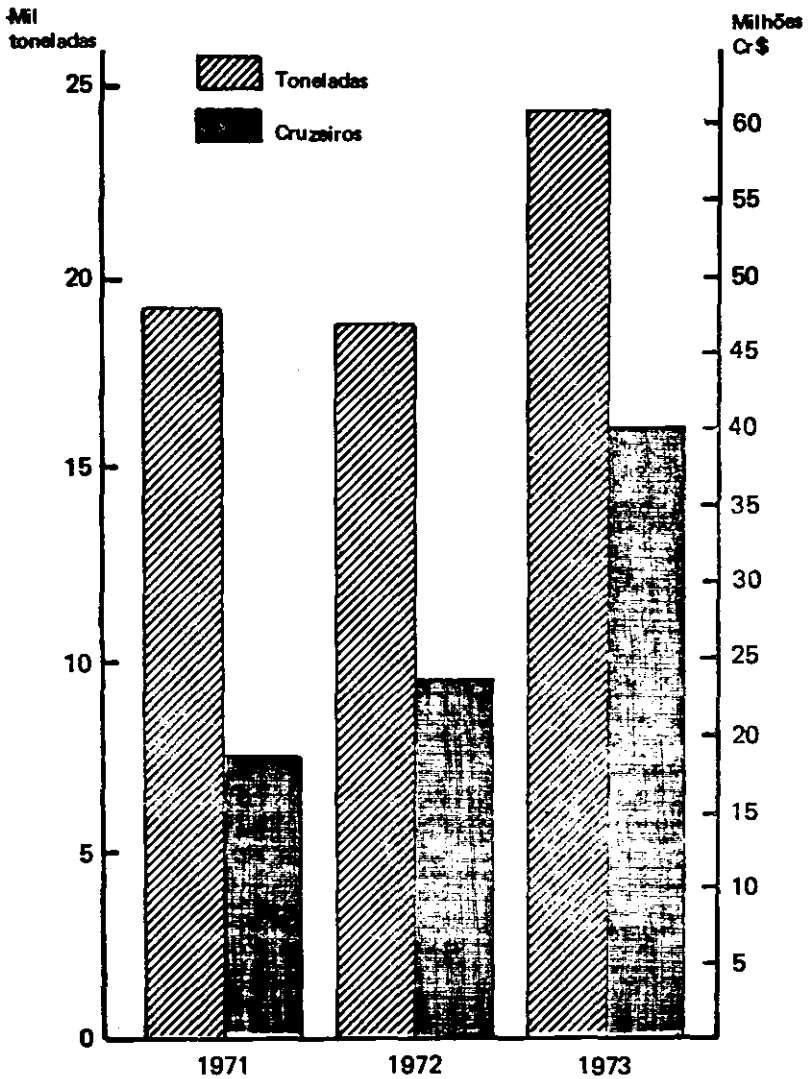
3.2 *As origens do pescador artesanal catarinense*

A descendência predominantemente portuguesa (açoriana) ainda hoje se manifesta em múltiplos traços característicos do pescador artesanal catarinense: o tipo físico, a forma "cantada" de falar do "catarina", a escorreição de linguagem (a colocação mesoclítica do pronome oblíquo, por exemplo), os hábitos e costumes e, sobretudo, suas artes de pesca. Aliás, estudiosos do pescador brasileiro, inclusive Forman,²⁴ têm registrado a

²⁴ Forman, Shepard. *op. cit.*

Gráfico 1

Produção dos Associados
das Colônias Pescadores



Fonte: Federação das Colônias de Pescadores do Estado de Santa Catarina — Relatório de 1974.

influência portuguesa na formação da pesca nacional em todas as regiões litorâneas.

Um dos mais conceituados historiadores catarinenses, Oswaldo Rodrigues Cabral, demonstra, através de valiosa documentação histórica, a origem açoriana dos primeiros pescadores localizados pelo Brigadeiro Silva Paes, em 1737, na ilha de Santa Catarina, e que “para aqui foram trazidos com objetivos de se dedicarem à agricultura”. Diante do malogro da experiência agrícola, da qual apenas o café e a mandioca se salvaram, o historiador ressalva:

“É verdade também que o açoriano não era o agricultor que se esperava, pelo menos o que nos veio — a não ser espinador da horta do seu quintal mas sim pescador afeito à pesca de cetáceos e de bacalhau, este nos bancos da Terra Nova, e nisso sim era exímio. . .”²⁵

O contingente inicial açoriano foi sendo ampliado pela incorporação de novos componentes, atraídos pela ilusão promocional de obtenção de maiores rendimentos na atividade pesqueira originada, sobretudo pela transferência de indivíduos das atividades agrícolas, fortemente influenciada pela menor franquia à posse de terra ou pela exigüidade de terras planas agricultáveis na região litorânea. Mantendo os rudimentos de uma cultura agrícola e exercendo eventualmente a pesca, o pescador artesanal catarinense continua a ser um misto de pescador e de agricultor de subsistência.

3.3 *A migração sazonal*

Contrário a essa força centrípeta exercida pela pesca catarinense, responsável pela agregação crescente de novos produtores, ocorre um fenômeno de efeito centrífugo e de caráter sazonal, obrigando a migração, em períodos regulares do ano, do pescador catarinense para outros estados, principalmente para as costas do Rio Grande, tendo em vista que o gaúcho por tradição não é afeito às lides pesqueiras, confiadas desde longa data aos “catarinhas”. São contingências econômicas que determinam a migração que serve para drenar as tensões sociais emergentes na comunidade pesqueira, sem condições de abrigar e garantir ocupação à mão-de-obra expelida do meio rural.

Uma das pesquisas que promovemos com professores da UFSC registra com profundidade a motivação migratória:

“O deslocamento é procura de emprego, é fuga à miséria ameaçadora dos períodos de retração da captura. Em alguns casos pode significar tentativa de aumentar rendas, mas na grande maioria é muito mais tentativa de obter quaisquer rendas.

O deslocamento, facilitado nos últimos anos pela maior eficácia dos transportes rodoviários é, de início, um investimento, um risco. O ‘cama-

²⁵ Cabral, Oswaldo Rodrigues. *Composição do complexo social de Santa Catarina. Povo e tradição em Santa Catarina*. Florianópolis. SC, EDEME, 1971. p. 27.

rada', o que se destina à faina do 'cerco' e do 'arrastão' nas praias do Rio Grande do Sul, paga sua passagem de caminhão da comunidade até a área onde se situaria uma 'companhia' articulada com grandes proprietários de redes e embarcações. A produção do grupo é dividida segundo esquemas tradicionalmente observados nas praias catarinenses.

Suas rendas são incertas, e o malogro tem sido companheiro freqüente de muitos, que passam a amaldiçoar a ida a tão distantes regiões. Mas entre a poupança incerta e a certeza da extrema miséria, da desocupação por extensos períodos do ano, o pescador migra para a cidade do Rio Grande em maior escala, e retorna quando os cardumes começam a aparecer nas praias catarinenses. É, quase por analogia, um pescador de 'corso'.

A migração é, pois, decorrência de situações dramáticas para a sobrevivência de inúmeras famílias tradicionalmente dependentes da ocupação pesqueira, em comunidades de escassos horizontes de trabalho permanente."²⁶

3.4 A família

As origens açorianas também se denunciam no comportamento familiar do pescador artesanal catarinense. O regime patriarcal, os fortes laços de parentesco, o arraigado espírito de religiosidade, a austeridade dos costumes são apenas alguns dos traços caracterizadores dessa sua formação tradicional, facilmente identificáveis nas comunidades pesqueiras. O pai é o centro de poder do grupo familiar, mesmo quando inválido para a atividade produtiva da pesca e vivendo na dependência da mulher e dos filhos. As mulheres não têm acesso às atividades de pesca, tanto nas embarcações quanto nos aparelhos de terra; mas são igualmente elementos produtivos ocupados na pequena lavoura de subsistência (auxiliadas pelos homens nas entressafras de pesca), na criação de animais domésticos e, principalmente, no beneficiamento do pescado, com a ajuda dos filhos menores, conforme exemplificaremos com um fato ocorrido na comunidade de Canto dos Ganchos. Em apenas algumas localidades, as mulheres também se dedicam à confecção de rendas de "bilros" e outras espécies típicas do artesanato pesqueiro, que se transmitem através das gerações e que agrupam, na mesma prática, avós, mães e filhas. Curiosamente, a confecção de redes, de tarrafas e de outros aparelhos exclusivos para a pesca é tarefa privativa dos homens, principalmente dos mais idosos, inservíveis para as agruras do mar. Como os filhos desde cedo são impelidos às atividades produtivas, acentua-se o problema de evasão e repetência escolar nas comunidades pesqueiras, conforme aponta o coordenador da pesquisa anteriormente citada:

"... O número de matriculados é dominante até a segunda série primária. A evasão escolar se exalta em função de muitas causas mas, entre elas, destaca-se a influência das ocupações relacionadas com a pesca.

²⁶ Lago, Paulo Fernando. op. cit. p. 76.

As salgas recrutam grande contingente de mão-de-obra da faixa etária da infância. Embora a flutuação da mão-de-obra incida num recrutamento eventual, pode este coincidir com períodos escolares e, em consequência, o abandono da sala de aula é opção irresistível. Mesmo que a criança regressasse, após o término da safra, fica ameaçada de repetidas reprovações até definitiva desistência, quando já alcança idade mais avançada.

Os períodos de safra são, por vezes, prolongados e sujeitos a irregularidades na sucessão dos anos. A escola representa então uma espécie de sala de espera, um ambiente propício para se fazer coisas enquanto a ocupação econômica não atrai a mão-de-obra.”²⁷

3.5 As coalizões

As famílias se agrupam em dezenas de núcleos populacionais ao longo do litoral, formando comunidades pesqueiras caracterizadas como “aglomerados litorâneos, costeiros, intralagunares, cuja força de trabalho de seus recursos humanos se encontra, em parcela dominante, mobilizada na atividade pesqueira, compreendida em suas etapas de captura, aproveitamento industrial, comercialização e ainda na confecção de utensílios de pesca e construção de embarcações para fins de captura de pescado”.²⁸ Confinadas, em grande parte, em pontos quase inacessíveis por via terrestre e por isso preservadas de maiores contatos com os centros urbanos, mas principalmente devido à especificidade de sua principal atividade econômica, essencialmente associativa no esforço comum do trabalho e nos seus produtos incertos, as comunidades pesqueiras catarinenses ofereceram significativos exemplos de coalizões geradas pelas estreitas e intensas relações comunitárias. A reação de Canto dos Ganchos, que descreveremos no tópico seguinte, é um significativo testemunho dentre outros exemplos, como os que estariam ocorrendo numa das comunidades menos assistidas pelos poderes públicos no litoral do extremo sul de Santa Catarina, no município de Içara, denunciados, em 1972, pela Federação das Colônias de Pescadores:

“... Nesse núcleo acontecem fatos chocantes e que espelham ao mesmo tempo um alto grau de espírito comunitário. Constatou-se que, adoecendo um membro de seu *habitat*, devido à deficiência de ordem monetária, apelam em conjunto para a doação de sangue aos hospitais, quando conseguem dessa maneira internar seu companheiro.”²⁹

3.6 Características econômicas

O quadro institucional projetado na primeira parte deste trabalho apenas revela um aspecto da estrutura do poder dominante incidente sobre o pes-

²⁷ Id. *ibid.* p. 44.

²⁸ Id. *ibid.*

²⁹ Federação das Colônias de Pescadores do Estado de Santa Catarina. *Relatório de 1972*. p. 49.

cador — aquela explicitada em normas e regulamentos e oficialmente formalizada através de entidades constituídas. Mas também existe o reverso da medalha, representado pelas forças de dominação nem sempre expressas em normas jurídicas ou atos formais, mas que atuam de forma muito mais envolvente e constante sobre o artesanato pesqueiro, pois se exercem sobre suas relações sociais, econômicas e políticas.

Ao abordarmos de forma sucinta o comportamento de fatores de produção do artesanato pesqueiro estaremos implicitamente tratando também de sua dependência política, como decorrência de um processo de dominação, tão fácil de identificar quanto difícil de romper, conforme exemplificaremos, nas múltiplas tentativas em busca de emancipação. Partindo da clássica conceituação de natureza, do capital e do trabalho, como fatores produtivos, desde logo podemos assegurar que, ao contrário do camponês (para quem o fator terra é fundamental em suas relações com o poder dominante), para o pescador a natureza assume posição secundária, por ser de domínio público tanto o espaço líquido, onde concentra sua atividade, quanto aos bens que dele serão extraídos. Está sujeito, isso sim, ao crivo regulatório do poder público, que muitas vezes se exerce de forma discricionária contra o pescador artesanal, mais por insuficiência de meios materiais para impedir a destruição dos criatórios e dos aparelhos de pesca, provocada pelas embarcações de maior potência alienígenas, do que por manifesta intenção de apenas fiscalizar de forma drástica a pesca artesanal embora, na prática, seja isso que ocorra com paradoxal frequência.

Se quanto às águas existe uma relativa liberdade de ação para o pescador, já o mesmo não ocorre em algumas regiões costeiras, “invadidas” por novos contingentes humanos expulsos do meio rural hostil, e que passam a competir com os pescadores tradicionais por um pedaço de praia de onde possam lançar suas tarrafas, ou basear sua “parelha” para o emprego do “arrastão de praia”, sobretudo nos períodos de safras de tainhas e enchovas. Tal fato vem obrigando o órgão fiscalizador a estabelecer original sistema de “rodízio” para os “lances”, mediante atos formais, nos quais ficam definidos direitos e obrigações recíprocos.

Diante da irrelevância do fator natureza, o capital é que assume importância preponderante na forma de dominação do artesanato pesqueiro e dele fica dependente a força de trabalho. De nada adiantaria a liberdade do mar e a abundância do pescado se não houvesse o aparelho de captura do mesmo, seja ele o simples anzol ou o sofisticado barco-fábrica, como também pouco resultaria da pesca se não houvesse condições de comercializar sua produção, quando menos pela simples necessidade de troca pelos gêneros indispensáveis à subsistência, e que escapam à sua capacidade produtiva. É, portanto, através das múltiplas formas assumidas pelo fator capital que se efetiva a dominação econômica e também política do pescador, diante do seu estado de insuperável dependência econômica, pois quase sempre o comprador do pescado, que impõe o aviltamento do preço ao pescador, também é o dono do caminhão que cobra para o transporte à cidade, e revende ao pescador, por preços escorchantes, os gêneros de primeira

necessidade, fornecidos pelo armazém, também de sua propriedade. Como chefe político local e cabo eleitoral dos candidatos estranhos à comunidade, sobre ela impõe a sua vontade férrea e muitas vezes com medidas coercitivas. Daí se explicar a aparente liderança, sobre algumas comunidades pesqueiras, de representantes de classes econômicas, ou de partidos políticos sem nenhuma identidade plausível com a realidade do artesanato pesqueiro.

Os exemplos que passaremos a relatar são significativos como tentativas de libertação dos pescadores artesanais dessas forças de dominação.

3.6.1 O insucesso do esquema de economia de escala

Dando início a esta série de abordagens de casos ocorridos nas comunidades pesqueiras de Santa Catarina, analisados sob um enfoque das relações econômicas dos pescadores artesanais, comentaremos o insucesso de uma tentativa feita, no final da década de 1950, para implantação de um projeto de captura, beneficiamento, transporte e comercialização do camarão “sete-barbas”, montado em vigoroso esquema de economia de mercado. Ao rememorarmos esse evento, atentamos para a oportunidade das observações de Wolf, quando comenta a falta de visão dos que, encontrando-se fora da sociedade camponesa, consideram o homem do campo unicamente como fonte de trabalho e de bens — a ser usado em benefício exclusivo do grupo superior — ou quando o mesmo autor se reporta às considerações de Chaianov sobre o comportamento do campesinato russo diante das inadequações do conceito capitalista de lucro.³⁰

3.6.1.1 Características comunitárias

Canto dos Ganchos era, na década de 1950, um dos principais centros nacionais de captura e salga do camarão “sete-barbas” (*Xiphopenaeus kroyeri*), cujo criatório se localizava na própria enseada de Ganchos e nas águas estuarinas da micro-região. Separada das outras comunidades “irmãs” (Ganchos do Meio e Ganchos de Fora) por reduzidas distâncias geográficas, suas diferenças de comportamento, no entanto, eram acentuadas e se manifestavam até na especificidade da captura e beneficiamento do pescado, embora pertencentes ao mesmo meio ecológico. Cada uma nutria forte sentimento de localidade e permanecia como organismo “fechado” ao mundo extracomunitário, situação propiciada pelas dificuldades de acesso por terra, pela ausência de energia elétrica e de outra atividade econômica, fora a exploração de pesca.³¹ Canto dos Ganchos aparentava ser um aglomerado habitacional acentuadamente caótico, com arruamentos improvisa-

³⁰ Wolf, Eric R. op. cit. p. 30.

³¹ Presentemente os três “Ganchos” formam a sede do Município Governador Celso Ramos, no litoral norte, próximo a Florianópolis.

dos e interrompidos bruscamente, intercalando-se residências com “salgas” e com “ranchos” para abrigo das embarcações, sem linhas divisórias das propriedades, todas construídas em terrenos de marinha ainda por serem demarcados.

3.6.1.2 As atividades pesqueiras

Canto dos Ganchos especializara-se na pesca do camarão, utilizando o sistema de captura pelo “arrastão de popa”, com redes emalhadas na própria localidade e fixadas em comportas de madeira procedentes de outras comunidades pesqueiras, produtoras também das centenas de embarcações, tipo baleeiras, nas quais o aparelho de pesca ficava atrelado. As baleeiras eram movidas por pequenos e simples motores de “centro”, a gasolina, de fabricação catarinense, sendo cada embarcação operada no máximo por dois pescadores. Como o “arrasto” se processava dentro da própria enseada, próximo às “salgas”, não havia necessidade de gelo a bordo, pois a duração de pesca não ultrapassava algumas horas diárias. Dezenas de rústicos galpões de madeira, desprovidos de qualquer equipamento mecanizado e em precárias condições higiênicas, serviam para a “salga” do camarão em dezenas de tanques ou para a “fervura em salmoura” em panelões de metal, únicos processos de conservação diante da inexistência de câmaras frias ou outras instalações industriais, ou mesmo o acondicionamento em gelo para garantir o transporte até os centros de comercialização. Nestas condições, o produto, após ser “beneficiado”, era comprado por valor aviltado, pelos intermediários que, em troca, vendiam por preços elevados o combustível e demais suprimentos para a comunidade. Após acondicionamento em embalagens sofisticadas, o “camarão de Ganchos” chegava ao consumidor nacional por uma preço muitas vezes superior ao da primeira operação na cadeia de venda.

Como as condições exíguas de solo arável na região obrigavam a vinculação exclusiva do elemento humano à pesca, toda a família do pescador diariamente nela se envolvia. Os homens adultos na captura, tripulando as baleeiras, fabricando ou consertando as redes e demais apetrechos de pesca; as mulheres e crianças, na lida caseira e na “descasca” do camarão no interior das “salgas”. Um detalhe interessante: o tamanho da mão do “descascador” não influía no desempenho, pois o dedo polegar funcionava como uma espátula no desgrude da carapaça, depois de destacada, sem maior esforço, a cabeça do camarão, particularidade que assegurava aos adolescentes e mesmo a algumas crianças *performances* produtivas niveladas às dos adultos.

3.6.1.3 A equação econômica

Como o quilo de camarão “sete-barbas”, descascado fresco, estava, na época, sendo comercializado em São Paulo por valor muitas vezes superior

ao preço pago pelos donos das “salgas” de Canto dos Ganchos aos pescadores (a maioria não era associada das “salgas”), interesses exclusivamente lucrativos de capitalistas de São Paulo confundiram-se com os propósitos governamentais, tanto paulistas quanto catarinenses, para atrair para Canto dos Ganchos uma indústria camaroneira com nova e vigorosa mentalidade empresarial e que, segundo chegou a ser alardeado, serviria de pólo de irradiação de tecnologia para outros centros pesqueiros catarinenses.³²

O projeto, em termos de estratégia de economia de mercado, prometia ser seguramente viável e da maior rentabilidade:

a) aviões de transporte, com base no aeroporto de Florianópolis, fariam duas viagens por dia levando a São Paulo a carga de camarão fresco e descascado em Canto dos Ganchos, esquema semelhante ao empregado, na época, pelos frigoríficos Sadia (de Concórdia) e Perdigão (de Videira) para o transporte diário de carcaças suínas para a mesma praça de consumo;

b) embarcações motorizadas fariam o transporte do camarão beneficiado até um trapiche a ser localizado próximo à pista do aeroporto. Por esse meio seria evitada a via rodoviária pela sinuosa e íngreme estrada de terra que ligava a comunidade à capital do estado, por sobre as escarpas da serra;

c) a frota de baleeiras e os descascadores do camarão seriam recrutados na comunidade, mediante maior remuneração, em níveis com os quais os tradicionais proprietários das “salgas” não teriam condições de competir;

d) a empresa instalaria um grupo gerador de energia elétrica e construiria amplas e modernas edificações para o processo de beneficiamento do camarão, incluindo-se uma fábrica de gelo para o abastecimento dos barcos, acondicionamento no transporte e conservação de estoques.

Algumas peças dessa complexa engrenagem chegaram a ser acionadas, mas o fator de estrangulamento do projeto passou a ser o elemento humano local, por dois motivos:

a) como a pesca do camarão “sete-barbas” na enseada de Ganchos se processava em águas de baixa profundidade e próxima à costa, o emprego de barcos de pesca de maior porte seria impraticável e mesmo vedado pelas normas fiscalizadoras e protetoras dos criatórios e que proíbem o arrasto da faixa de três milhas;

b) a rede de arrasto capturava populações camaroneiras de diversas idades e, conseqüentemente, em diferentes estágios de desenvolvimento, inviabilizando a descasca mecanizada pela falta de uniformidade de tamanhos.

Os novos empresários acreditavam que o oferecimento de melhores remunerações contornaria tais problemas. Supunham que a oferta da oportu-

³² Os entendimentos oficiais foram estabelecidos através dos diretores dos serviços de pesca dos Estados de São Paulo e Santa Catarina, Emílio Varoli e Abel Capella, respectivamente, ambos igualmente interessados em amparar os pescadores artesanais e desenvolver suas comunidades.

nidade de maior ganho atuaria como elemento de atração irresistível e que desde logo iriam dispor de toda força de trabalho e de suprimento de matéria-prima indispensáveis para a alimentação do complexo industrial. Começaram rompendo o tradicional sistema de pagamentos: passaram a pagar mensalmente e em dinheiro, suprimindo o regime de "vales" para acertos de contas no encerramento do período de safras. Diante do pouco efeito da medida, anteciparam os pagamentos para períodos semanais e, finalmente, após cada dia de trabalho. Mas, mesmo assim, não aumentava o número de interessados. E um outro fenômeno teve início: os empregados pelo novo estabelecimento industrial passaram a limitar sua jornada semanal de trabalho a apenas alguns dias, necessários para alcançar o montante de dinheiro que possibilitasse a aquisição dos gêneros de primeira necessidade e assim atenderem a suas habituais e mínimas necessidades de subsistência. Enquanto isso, fortaleciam-se os laços comunitários e robusteciam-se as relações de parentesco e de compadresco entre os proprietários das "salgas" rudimentares e seus antigos fornecedores. Formaram-se cadeias difusas de interesses dentro da comunidade e contrárias à presença daquele corpo estranho, que passou a ser encarado como um fator de perturbação à vida comunitária. Em desespero de causa e prestes ao encerramento das atividades industriais, os paulistas indesejáveis à comunidade apelaram para a interferência dos poderes públicos, na presunção de que, com o auxílio da ação autoritária ou mesmo com o emprego de medidas coercitivas, seria possível contornar um problema para cuja profundidade jamais atentaram.

Os investimentos já imobilizados em Canto dos Ganchos foram abandonados, juntamente com um sofisticado sistema de transmissão radiofônica transistorizada, que passou a ser utilizado pelo Departamento Estadual de Caça e Pesca de Florianópolis para as comunicações diárias com a localidade, aparentemente recuperada do trauma provocado pela ambiciosa mas fracassada experiência de economia de escala.

3.6.2 A frustração do cooperativismo

Os sucessivos fracassos das experiências de organização de sociedades cooperativas nas comunidades pesqueiras já estariam a merecer maior atenção governamental e dos estudiosos do cooperativismo, no sentido de se pesquisar as causas determinantes de tais resultados frustradores. As múltiplas tentativas de implantação de projetos cooperativistas pesqueiros nas regiões Norte (com o comprometimento da Sudam e do BASA), Nordeste (objetivo que vem sendo perseguido pela Sudene há tantos anos e para o qual não têm faltado fartos recursos do BNB) e Centro-Sul (onde órgãos federais têm-se associado aos estados para a prestação de assistência técnica e creditícia) geralmente resultam em nada. Ou, pior ainda, permanecem como fatores residuais de perturbação da comunidade pesqueira e muitas

vezes motivam, nos pescadores artesanais, graves desajustes econômicos e sociais.³³

O poder público, porém, parece que continua sem percepção da gravidade do problema e insiste, de forma meramente indicativa e enfaticamente promocional, em proclamar as benesses do sistema cooperativista como forma de organização para solucionar as peculiaríssimas equações que envolvem as relações de produção e de consumo do artesanato pesqueiro:

a) o Código de Pesca é taxativo em seu artigo 91: "O poder público estimulará e providenciará a criação de cooperativas de pesca nos núcleos pesqueiros, ou junto às atuais Colônias de Pescadores";

b) a Carta de Brasília já incluía entre as metas prioritárias da Sudepe esse mesmo objetivo consagrado pela lei;

c) o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, como entidade governamental criada especificamente para o fomento do cooperativismo, reafirma frequentemente seu propósito de amparo ao cooperativismo pesqueiro;

d) o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, como órgão federal responsável pela promoção, fiscalização e controle do cooperativismo, tem ratificado as posições do antigo INDA, de manifesto e constante interesse pelas cooperativas de pesca; e

e) mais recentemente, o Pescart preocupa-se em afirmar de forma categórica: "Graças aos incentivos que o poder público tradicionalmente concede à organização cooperativista e à própria conscientização dos pescadores, vêm estes tendendo a se organizarem sob esta forma de atividade econômica. . ."³⁴

Para os que estão de fora do estrato social dos pescadores artesanais, a visão do problema do cooperativismo pesqueiro concentra-se em ressaltar as excelências do sistema em si, sem atentar para as características do organismo social onde ele deverá atuar, como se fosse possível aplicá-lo da mesma forma como se opera em outros setores produtivos e economicamente mais dinâmicos. Repetem-se com o cooperativismo pesqueiro artesanal inadequações de conceitos e de procedimentos, semelhantes às observadas no exemplo de Canto dos Ganchos, anteriormente descrito.

Por tudo isso é que o Estado de Santa Catarina se presta como um fecundo campo de pesquisas e ao mesmo tempo de demonstração de resultados sobre experiências voltadas para o cooperativismo pesqueiro, ocupando posição de primazia diante das demais unidades federais, por múltiplos eventos, como a seguir passaremos a descrever sucintamente, alusivos às décadas de 1950 e 1960.

³³ O êxito alcançado pela Cooperativa Mista de Pesca Nipo-Brasileira, de Santos, constitui significativo e isolado exemplo de exceção à regra do malogro do cooperativismo pesqueiro.

³⁴ Pescart, op. cit. p. 18.

3.6.2.1 As experiências na década de 1950

1. No final da década de 1950 tentamos implantar em Santa Catarina o Plano Piloto da Pesca, com vistas à organização de uma entidade nacional (a Comissão de Organização da Pesca Nacional — COPEN), que antecedeu remotamente à criação da atual Sudepe.³⁵

2. Na mesma época e independente de nossa ação, foram criadas 28 cooperativas de pescadores e uma federação, com o apoio ostensivo de setores do Governo federal.

Essas duas tentativas malograram devido a fatores políticos, embora com implicações diversas:

a) em nosso caso, por nos termos rebelado contra a tentativa de intromissão de influências político-partidárias na implantação do plano, conforme se pode deduzir das declarações públicas que mais tarde prestamos: “Fatores adversos, sobretudo de ordem pública, impediram o prosseguimento do trabalho. . .”³⁶

b) no caso das 28 cooperativas e sua federação (Fecopesca), pelo envolvimento gradativo em ação divorciada dos objetivos cooperativistas e tendentes à projeção desmesurada do dirigente da Federação, estranho à comunidade de pesca, em detrimento das lideranças locais das cooperativas, utilizadas apenas como massa de manobra de interesses políticos eleitorais.³⁷

3.6.2.2 A nova estratégia

Diante desses insucessos dos anos anteriores, na década de 1960 passamos a adotar nova estratégia orientada no sentido de consolidar o experimento cooperativista, inicialmente apenas em algumas comunidades pesqueiras, que já oferecessem melhores perspectivas de êxito.

Após a implantação dessas cinco “cooperativas-piloto” é que partiríamos para uma ação mais abrangente, aproveitando, inclusive, a irradiação dos resultados positivos previstos. Outra medida acauteladora foi desde logo adotada: o reconhecimento preliminar de que, na prática, uma sociedade cooperativa está obrigada a atuar com o mesmo grau de eficiência indispensável a qualquer outro empreendimento comercial, sujeita às mesmas — se não maiores — exigências em termos de organização e de capacidade operacional. Já sabíamos que o entusiasmo crescente que a pre-

³⁵ O malogro dessa nossa tentativa está amplamente descrito no ensaio “Sudepe: doze anos de frustrações no desenvolvimento da pesca”, apresentado no Seminário sobre Empresas Públicas, no curso de mestrado da EBAP/FGV, junho de 1975.

³⁶ Apresentação de *Comunidades Pesqueiras de Santa Catarina*. op. cit. p. 3.

³⁷ Na prática, o movimento serviu apenas para eleger o presidente da Fecopesca à deputação estadual.

gação da filosofia do cooperativismo desperta está na razão inversa das dificuldades inevitáveis enfrentadas na prática, quando se pretende corporificar seus princípios doutrinários.

Destarte, montamos nossa estratégia alicerçada em quatro premissas básicas para o êxito de qualquer organização cooperativista, aparentemente óbvias, mas nem sempre observadas, testadas de forma satisfatória na organização das cooperativas tritícolas.³⁸

1. A livre adesão ao cooperativismo deve ser embasada em forte conscientização dos associados, tendo em vista que uma cooperativa não é nenhuma panacéia para solucionar problemas econômicos e muito menos sociais. Ao contrário, seus associados devem estar preparados para enfrentar problemas e arrostar sacrifícios, principalmente na primeira fase de funcionamento da sociedade.

2. Se a capacidade gerencial é relevante para qualquer atividade empresarial, torna-se indispensável à organização cooperativista, por força da concorrência, quase sempre danosa, que deverá enfrentar daqueles cujos interesses, nem sempre lícitos, ela tende a contrariar. Os intermediários, os atravessadores, que entre si se digladiam na busca do monopólio para o escorchamento dos produtores, são capazes de se unir contra o "inimigo comum", representado pela cooperativa.

3. Uma cooperativa necessita de sólida base física de operação, pois uma coisa são os princípios filosóficos, a teoria cooperativa da associação do trabalho, e outra, bem diversa, é a sua gestão de negócios, sua participação num mercado contra ela predisposto.

4. O Governo deve efetivamente assistir ao cooperativismo, não de forma discursiva e promocional, mas com estímulos fiscais e auxílios financeiros, sobretudo no amparo creditício. Isso implica o estabelecimento de prioridades e de benefício às cooperativas na fase inicial de atividades, quando serão maiores os seus obstáculos e seus inimigos.³⁹

Das premissas passamos à prática, com a execução sucessiva de múltiplas medidas:

- a) realização de freqüentes reuniões nas comunidades pesqueiras, preparatórias do I Seminário de Desenvolvimento de Comunidades Pesqueiras, que promovemos juntamente com a Faculdade de Serviços Sociais da UFSC, onde se enfatizou o debate amplo do cooperativismo pesqueiro;
- b) identificação, por métodos sociométricos, de líderes das comunidades pesqueiras para serem treinados, em caráter intensivo e em regime de in-

³⁸ Assessoramos a Comissão de Organização da Triticultura Nacional (COTRIN) na implantação do programa de organização das cooperativas tritícolas no Sul do País, na administração do Ministro da Agricultura Mário Meneghetti, no final da década de 1950.

³⁹ Um dos fatores do êxito das Cooperativas Tritícolas deve ser creditado ao amparo excepcional a elas concedido pelos setores governamentais na fase inicial de suas atividades.

ternato, durante dois meses, em assuntos cooperativistas, por técnicos patrocinados pela Organização das Cooperativas das Américas (OCA), sediada em Porto Rico, EUA;

c) estágio desses líderes, após o treinamento, nas cooperativas de pesca artesanal de Atafona (RJ) e do Caju (RJ) e na de armadores, de Santos (nipo-brasileira), para assimilarem, na prática e pelo tempo necessário, a mecânica operacional da sociedade cooperativa;

d) organização das cinco "cooperativas-piloto" nas comunidades de Enseada, Barra Velha, Armação de Itapocorói, Balneário de Camboriú e Araranguá, cobrindo as regiões do litoral norte, centro e sul do estado, respectivamente. É evidente a dificuldade que tivemos de enfrentar para a organização dessas cooperativas, apesar de todo o trabalho preparatório que tivemos o cuidado de desenvolver. Eis apenas alguns tópicos do relatório, na época, apresentado à Sudepe:

"A par disso, entretanto, a luta com o intermediário e a desconfiança do pescador no trato com a autoridade reduziram possibilidades de um trabalho mais amplo. Nove reuniões precederam a data marcada para a fundação ... no ir e vir a esse local gastamos 1.440km e 28 dias. ..."

"O trabalho de agrupamento de pescadores foi deveras prejudicado pelo grande número de atravessadores. Quando souberam da intenção de criarmos, em Armação, uma cooperativa de pescadores tentaram, de imediato, produzir os maiores embaraços. Existiam até listas distribuídas entre os compradores dos futuros associados. Caso o funcionamento da cooperativa, mais tarde, viesse a falhar, deixariam de comprar a produção do pescador a ela filiado. Até o momento de constituição, quando já se realizava a reunião, existiram inúmeras desistências, fruto de irresistíveis coerções."⁴⁰

e) elaboração de projetos técnicos para a instalação das bases operacionais das cooperativas, aprovados pela Sudepe e que seriam financiados pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo-BNCC, num montante de mais de 1 milhão de cruzeiros, o que representava vultosa importância para a época, 1968. Como o banco exigia, normalmente, a apresentação de balanços para a concessão de empréstimos às cooperativas em geral, foi aberta uma exceção diante da seguinte evidência: não poderia ter demonstrativo de exercícios anteriores uma cooperativa recém criada e que precisamente necessitava do auxílio do banco do Governo para começar a funcionar.⁴¹

Em que pese tanto cuidado e esforço, essa nova experiência cooperativista também não logrou êxito. E muitos fatores poderiam ser apontados como responsáveis por mais essa frustração junto ao artesanato pesqueiro catarinense. Dois, entretanto, assumem posição relevante:

⁴⁰ *Relatório do Acordo de Pesca Sudepe/DECP, 1968*, apresentado pelo coordenador do programa, Hamilton B. Seipitz, atual diretor do Departamento Estadual de Caça e Pesca de Santa Catarina.

⁴¹ Nosso programa de fomento do cooperativismo pesqueiro encontrou no então gerente do BNCC em Santa Catarina, Carlos C. Coelho, um entusiasta e decidido elemento de apoio e incentivo.

a) a ausência de vigorosa ação protetora, por parte dos poderes públicos, no amparo ao cooperativismo pesqueiro, que não pode ficar condicionado a rígidas normas burocráticas e a critérios meramente comerciais para a operação do crédito bancário;⁴²

b) a complexidade do sistema cooperativo em si, difícil de ser entendido e assimilado pelo pescador inculto, sujeito como está a uma visão imediatista do mundo que o cerca, com “tendência a subordinar os interesses mais amplos e a longo prazo aos mais estreitos e a curto prazo”.⁴³ “Retorno de capital”, “participação de quota”, “fundo de reserva”, são alguns dos termos do dia-a-dia de uma cooperativa, mas que soam estranhamente aos ouvidos incrédulos dos pescadores, tornando-os vulneráveis às manobras astuciosas de seus tradicionais exploradores. A experiência que passaremos a relatar confirma essa última observação.

3.6.3 O êxito efêmero do novo associativismo

Enquanto se acirrava a gula dos intermediários vitoriosos em mais este lance na luta contra o cooperativismo pesqueiro e, por outro lado, se arrefecia o ânimo dos pescadores em continuar lutando para a libertação dessa cruel cadeia de exploração econômica, concentravam-se as atenções da Acarpesc na execução do programa de crédito educativo e de assistência sócio-econômica às comunidades. Um dos objetivos alcançados foi a reorganização das Colônias de Pescadores para acreditá-las junto aos seus associados.⁴⁴

Vencida esta etapa e tendo o cuidado de não falar em “cooperativa”, os extensionistas passaram a levantar as possibilidades produtivas das principais comunidades pesqueiras da Grande Florianópolis, sendo 18 as selecionadas. O passo seguinte foi dado com a criação da Associação das Colônias dos Pescadores (Acopesca), legalmente constituída para a prática de atos comerciais e que se incumbiria da execução do plano montado para as 18 comunidades, com a assistência técnica da Acarpesc. Em seguida e “com recursos dos próprios pescadores e das colônias foram construí-

⁴² Quando da organização das Cooperativas Trítícolas, o Governo teve o cuidado de, antes de criá-las, construir armazéns e silos posteriormente revendidos às Cooperativas, financiados em 12 anos, com dois de carência e juros de apenas 2% ao ano.

⁴³ Observação que Wolf faz sobre o comportamento do camponês e que, para muitos, se revela como um traço comum ao universo econômico do pescador artesanal. Op. cit. p. 126.

⁴⁴ Trabalho liderado pela Junta Governativa da Federação das Colônias de Pescadores do Estado de Santa Catarina.

dos 18 tanques térmicos nas comunidades para atender ao recebimento do pescado e conservá-lo em satisfatórias condições sanitárias. Construídos os tanques e revestidos de isopor, passou-se a reunir a produção dos pescadores e comercializá-la diretamente nos centros urbanos, através da Associação das Colônias de Pescadores, a qual retinha uma taxa de manutenção e uma outra de investimentos.”⁴⁵

Para não sujeitar a associação às incertezas do transporte do pescado em caminhões de aluguel, e tendo em vista o significativo aumento de produção do pescado devido à introdução de novos métodos de captura, orientados pelo Serviço de Extensão, a meta seguinte objetivou a aquisição de uma frota de caminhões; os primeiros, com carroceria aberta, e os últimos, diante da evolução favorável dos negócios, com caixas térmicas, adquiridos através de facilitados planos de crédito bancário.

3.6.3.1 Os primeiros resultados

Segundo os dados revelados pela Acarpesc, no ano de 1969 cerca de 50% da produção de pescado em Santa Catarina procedia da pesca artesanal e se destinava ao abastecimento dos mercados consumidores *in natura* ou ao suprimento do parque industrial, como matéria-prima. Naquele ano o aumento de ganho para os pescadores teria sido da ordem de 127% sobre o pescado comercializado em 1968, “sem que fossem alterados os preços pagos pelo consumidor”. O maior ganho, portanto, fora devido à exclusão do intermediário na primeira fase da comercialização do pescado.

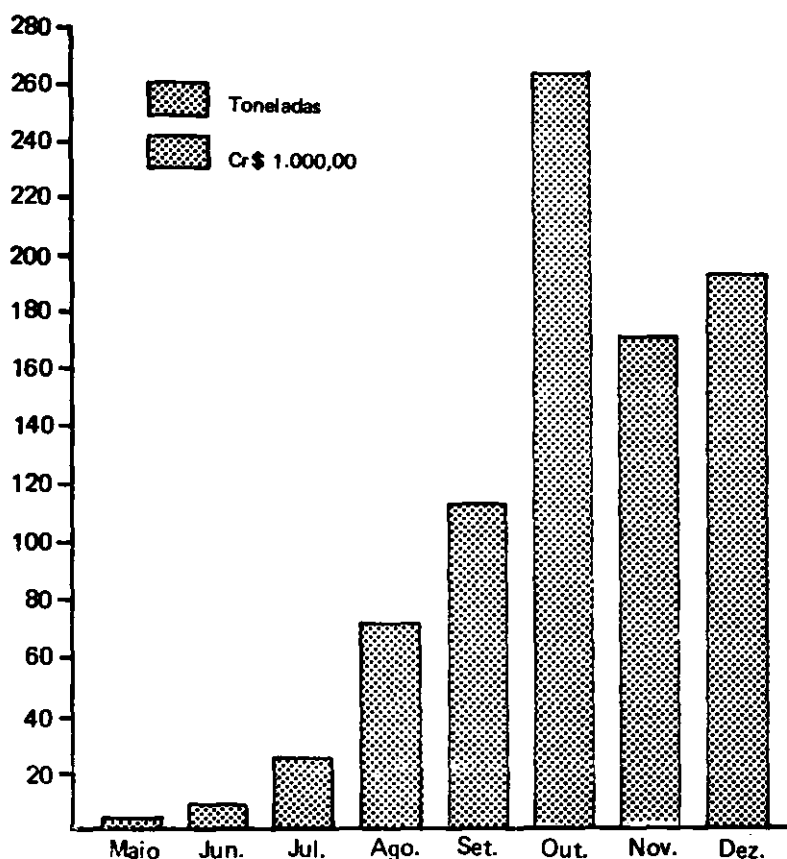
O gráfico 2, divulgado pela Acarpesc, expressa de forma significativa o crescimento ocorrido através desse esquema de comercialização: progressivo aumento até outubro, e manutenção de elevado nível nos três últimos meses, considerados, tradicionalmente, como de “safra seca” para a pesca artesanal catarinense.

Concomitantemente com o trabalho para organizar a comercialização do pescado, os extensionistas passaram a introduzir nos centros de produção novas técnicas de captura com o emprego de redes modernas. Até então, os pescadores viviam trágica e paradoxal situação: a abundância da safra se transformava em mais um poder de barganha para o intermediário, que obrigava o produtor a entregar seu pescado por um preço vil, quando não se recusava simplesmente a pagar qualquer preço. Além de perder o produto do seu trabalho, os pescadores muitas vezes eram forçados a cavar

⁴⁵ Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina — Acarpesc. *Relatório de 1969*, p. 18.

Gráfico 2

Produção de pescado comercializado sob orientação do Serviço de
Extensão de Pesca — 1969



Fonte: Acarpesc. Relatório de 1969.

profundas valas para enterrar a produção, sob pena de agravar o já sério problema sanitário de suas comunidades.

Com a garantia de comercialização e com a utilização de novos aparelhos de captura, programa iniciado em 1968, os resultados também foram surpreendentes, conforme demonstram os dados constantes do relatório da Acarpesc, referente a 1969, sobre a comunidade de Ingleses, distrito de Florianópolis, localizada no litoral norte da Ilha de Santa Catarina.

Tabela 5
Comunidade de Ingleses

Sardinha verdadeira			Captura de corvina com rede de casseio*		
Ano	Quantidades capturadas	Valor Cr\$1.000	Ano	Quantidades capturadas	Valor Cr\$1.000
1967	40.680	8.005,60	1967	4.680	1.905,00
1968	68.200	8.822,50	1968	6.495	1.827,50
1969	175.134	16.373,25	1969	20.034	11.035,65

* Tipo de rede empregado pelos pescadores artesanais no Sul do Brasil.

3.6.3.2 O novo insucesso

Segundo conseguimos apurar, pois na época já não mais dirigíamos a Acarpesc, o crescimento acelerado do sistema de comercialização realizado pela Associação das Colônias teria despertado a ambição de alguns dirigentes no sentido de lançar prematuramente o empreendimento em escala industrial, com vistas à comercialização nacional e internacional do pescado. Para tanto, o sistema chegou a assumir o comando acionário da indústria Pescasa, localizada na cidade de Laguna, no sul do estado, que passou a operar sob a responsabilidade da Associação. A Pescasa, já nesta altura, sofria os efeitos distorcivos da política dos incentivos fiscais para a industrialização da pesca e não conseguia captar recursos para implantar o seu amplo projeto industrial. O socorro prestado pela Acopesca parece que chegou tarde e também ela teria ficado irremediavelmente contaminada, pois, além de não conseguir salvar a indústria da ação nefasta de outro tipo de intermediário — o corretor de incentivos fiscais — envolveu-se e se exauriu nessa aventura industrial.

Se o insucesso da associação constituiu inusitado motivo de frustração para os pescadores catarinenses, quase transformados em industriais de grande porte, o sistema que para ela foi inicialmente concebido demonstrou significativamente a sua validade e serviu para destruir alguns preconceitos

até então reinantes sobre a alegação da indisposição dos pescadores para trabalhos associativos, como se não vivessem eles em permanente associação de esforços e de sacrifícios na luta diária pela sobrevivência.

3.7 *Perspectivas sombrias para um futuro incerto*

Embora sem a dose de pessimismo que Maria Isaura manifesta sobre o destino do campesinato brasileiro, ao encerrarmos este ensaio também divisamos perspectivas sombrias para o artesanato pesqueiro, tendo em vista o futuro incerto que antevemos no horizonte da realidade artesanal catariense. À primeira vista, parece ser atitude contraditória de quem enfaticamente assume posição de defesa do artesanato e procura ressaltar sua importância mesmo como força econômica no processo produtivo pesqueiro ou em face do reconhecimento de alguns resultados positivos alcançados pelos serviços extensionistas, iniciados por Santa Catarina, para a assistência sócio-econômica às comunidades pesqueiras. Alguns fatos que passaremos a relatar evidenciam, entretanto, o grau de viabilidade de nossos vaticínios:

1. Em 1972, a Acarpesc realizou uma pesquisa sócio-econômica em 17 comunidades pesqueiras na região menos subdesenvolvida do litoral, compreendida pela Grande Itajaí, onde se concentra o maior volume de produção de pescado e a maioria das indústrias de pesca. A amostragem levantou a situação de 728 famílias, somando 3.936 indivíduos, considerada pelos pesquisadores como satisfatoriamente representativa do universo pesquisado. Com base nos resultados do trabalho, montamos as seguintes tabelas reveladoras da situação dos pesquisados:

Tabela 6

Atividade desenvolvida pela população das comunidades pesqueiras

Ocupação principal	Nº	%
Exercício da pesca	912	23,1
Salga de peixe	111	2,8
Labores domésticos	585	14,8
Fora da comunidade	180	4,5
Aposentado	26	0,6
Menor de 15 anos	2.071	52,6
Menor inválido	25	0,6
Inativo	26	0,6

Tabela 7

Atividades específicas no exercício da pesca

Exercício da pesca	Nº	%
Pescador artesanal	560	61,4
Padrão de pesca	33	3,6
Contramestre	50	5,4
Motorista de pesca	17	1,8
Proeiro	3	0,3
Cozinheiro	37	4,0
Pescador de convés e redeiro	212	23,2

Quanto à situação dos pescadores os dados revelam:

a) como consequência do crédito educativo para a pesca, 90% dos pesquisados revelaram a condição de proprietários de suas embarcações, mas apenas 55,8% estão matriculados no INPS e 66,3% exercem a pesca em situação regular, com carteira profissional. A simples propriedade do bem de produção não conseguiu reduzir a situação de marginalidade do pescador artesanal;

b) os dados sobre as condições habitacionais também denunciam os precários níveis de vida dos pescadores, tanto quanto às características de higiene, como também no que concernem à regularização da propriedade onde residem. Agrava-se o problema se considerarmos que, dentre as comunidades pesquisadas, seis são sedes de municípios: Tijucas, Porto Belo, Itapema, Balneário de Camboriú, Itajaí e Navegantes;

c) o nível cultural dos pescadores também estaria regredindo: o levantamento efetuado em 1967 pelos pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina acusou o percentual de 31,5% de analfabetos, como média estadual para as comunidades pesqueiras, contra os 33% apurados em 1972|

2. O desenvolvimento desenfreado do turismo no litoral catarinense, que inicialmente era recebido com otimismo pelos estudiosos da problemática do artesanato pesqueiro, a ponto de a pesquisa de 1967 registrar que na "comunidade da Barra de Camboriú os pescadores sentiram o significado do incremento do movimento veranista na adjacência (Balneário do Camboriú) e procuraram se organizar em bases mais adequadas no sentido de implantarem uma unidade de congelamento, além da aspiração de um

posto próprio de abastecimento de gasolina,⁴⁶ associado ao surto industrial de pesca predatória dos criatórios de pescado junto à costa e destruidora dos aparelhos de captura dos pescadores artesanais, estão levando ao fracasso empreendimentos como esse, apontado para a comunidade de Barra de Camboriú. Como denuncia o próprio órgão fiscalizador da pesca no estado, "... barcos provenientes de Estados do Norte, empregando "arrastões de parelha", ocasionam, dentro de uma faixa de três milhas, interminável destruição de aparelhos e espécies marinhas. A pesca artesanal, difundidíssima nesta área e único meio de sobrevivência de milhares de profissionais da pesca e seus familiares, vem sendo constantemente usurpada."⁴⁷

Eis o contraste entre a situação de 1967, acima relatada, sobre a Barra de Camboriú e a revelada em 1973, com relação à mesma comunidade:

"Durante anos essa colônia gozou de alto conceito no meio pesqueiro ... A escassez de matéria-prima, sobretudo o camarão "sete-barbas", incumbiu-se de ser o motivo determinante de retração".⁴⁸

A aflitiva situação da comunidade pesqueira de Barra de Camboriú, invadida pela especulação imobiliária para exploração turística, cujos pescadores "vêm-se em escala alarmante esbulhados das terras por terceiros mais afeitos à problemática de legalização de terras de marinha",⁴⁹ pode ser sintetizada nos seguintes dados: dos 696 pescadores matriculados em 1973 na Colônia de Pescadores, apenas 75 eram contribuintes do INPS, o que bem revela o nível de pauperismo em que se encontravam.

3. Um outro sintoma alarmante de descaracterização do artesanato pesqueiro catarinense manifesta-se no abandono de seu expressivo folclore, liderado pela dança do Boi-de-mamão, hoje reduzida a eventos esporádicos nos centros urbanos ou no quase-desaparecimento do rico artesanato artístico de algumas comunidades pesqueiras: as miniaturas de barro cozido, em São José, a cerâmica, de Barra do Aririú ou mesmo as tradicionais rendadeiras da ilha de Santa Catarina.

Em que pese os reclamos de estudiosos desses problemas, como é o caso de Luiz Carlos Halfpap,⁵⁰ a falta de visão governamental e as prescrições tributárias e fiscais que são impostas aos artesãos — como se fossem produtores em escala industrial — estão acelerando a destruição desse rico patrimônio praiano.

⁴⁶ Lago, Paulo Fernando. op. cit. p. 54.

⁴⁷ Departamento Estadual de Caça e Pesca de Santa Catarina. *Relatório de 1973*.

⁴⁸ Federação das Colônias de Pescadores do Estado de Santa Catarina. *Relatório de 1973*.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Halfpap, Luiz Carlos. *Ciência, história e folclore no litoral de Santa Catarina. Povo e tradição em Santa Catarina. Florianópolis, SC, EDEME, 1971.*

Bibliografia

- Abreu, Alcides et alii. *Ensaio sobre a economia catarinense*. Florianópolis, SC EDEME, 1970.
- Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (Acarpesc). *Relatórios dos anos de 1968/74*.
- Cabral, Oswaldo Rodrigues. Composição do complexo social de Santa Catarina. In: *Povo e tradição em Santa Catarina*. Florianópolis, SC, EDEME, 1971.
- Chaves, Luiz de Gonzaga Mendes. Trabalho e subsistência almofala Aspectos da tecnologia e das relações de produção. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, tese de mestrado. Mimeogr.
- Departamento Estadual de Caça e Pesca do Estado de Santa Catarina. *Relatórios dos anos de 1966/74*.
- Federação das Colônias de Pescadores do Estado de Santa Catarina. *Relatórios dos anos de 1971/74*.
- Forman, Shepard. *The raft fisherman: tradition and change in the Brazilian peasant economy*. Bloomington. Indiana, Indiana University Press, 1970.
- Halfpap, Luiz Carlos. Ciência, história e folclore no litoral de Santa Catarina. In: *Povo e tradição em Santa Catarina*. Florianópolis, SC, EDEME, 1971.
- Lago, Paulo Fernando. *Comunidades pesqueiras de Santa Catarina*. SIA/Ministério da Agricultura, Rio, 1968.
- Contribuição geográfica ao estudo da pesca em Santa Catarina. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio. CNG, 23 (1).
- Livro anual da agricultura. Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1967. v. 1.
- Pescart. *Documento Básico*. Brasília, Gráfica Gutenberg. 1974.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira. *O Camponato brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1973.
- Silva, Nalcir. S. *Crédito educativo da pesca: a experiência catarinense*. Florianópolis, SC, Acarpesc, 1972.
- . *Estudo sócio-econômico das comunidades de pesca*. Florianópolis, SC, Acarpesc, 1972.
- Silva, Paulo Moreira. O Problema da pesca no Brasil. *Estudo do mar brasileiro*. Rio de Janeiro, Renes, 1972. (Série Problemas Brasileiros.)
- . *O desafio do mar*. Rio de Janeiro, Sabiá, 1972.
- Timm, José Ubirajara. *Plano-piloto da pesca em Santa Catarina*. Rio de Janeiro. Superintendência de Desenvolvimento da Pesca-Sudepe. *Projeto do III PNDP*. Rio, Sudepe, 1974. v. 1-2.
- SIA, 1959.
- Wolf, Eric R. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

Summary

This essay focuses on artisan fishing in this country, particularly on what happened in the State of Santa Catarina.

The author does not identify nor legally define the artisan fisherman. Instead, he adopts the definition established by the Plan of Assistance to Artisan Fishing, namely, artisan fisherman is the one who is not a partner nor an employee of a fishing company. The author analyzes the official policies for fishing development, and tries to show that government policies for the improvement of artisan fishing have never meant more than promises.

The institutional structure establishes that fishing areas are government domain, and the artisan fisherman must fulfill a series of administrative

requirements — association with a fishing settlement and the remaining parts of the institutional chain, including INPS (National Institute of Social Welfare) — to be registered as a professional fisherman.

The fishing colony was born in the last century and is imposed by the government as a compulsory association. It belongs to the institutional apparatus which rules the fisherman: it is subordinated to the Navy Ministry; its organization is submitted to the approval of the Ministry of Agriculture, which also installs its top management in office; Sudepe (Superintendency of Fishing Development) supports it financially and supervises its activities. Its objectives have been distorted and it is not compatible with the Brazilian reality due to the complicated legal concepts and complex bureaucratic mechanisms involved.

The government policies for the sector were formulated and implanted in the 60's and did not include artisan fishing, due to his lack of decision power.

The fiscal incentive policy of that decade aimed at industrializing fishing — in the hope that this would produce greater benefits to the population — and ignored artisan fishing. However, the frustrated attempts to accomplish said objective showed that artisan fishing should be kept as fishing's main productive element.

Not sharing the government's optimism in relation to the development of industrial fishing, the State of Santa Catarina started a process of support to artisan fishing. When it did not obtain a national repercussion, the state government developed several local activities with the help of other organs. Acarpesc (Santa Catarina Association for Credit and Assistance to Fishing) was then created and became the first fishing extension service in this country.

Its promising results were followed by the development of the Plan of Assistance to Artisan Fishing, which aimed at furthering artisan fishing in other states.

In the final part of this essay, the author describes a few social aspects which are characteristic of Santa Catarina's artisan fishing. He analyzes the behavior of its production factors and demonstrates their political and economic dependency, which results from the process of domination.

He also mentions the fishermen's various attempts to liberate themselves from the dominating forces. Cooperativism was one of them, but failed in several fishing communities. The State of Santa Catarina, a pioneer in cooperativism, deserved a more detailed description. The Fishing Settlement Association was created to expand national and international commercialization of fish up to an industrial scale but failed, since it was unable to implant its industrial project and to protect the fishing industry against the fiscal-incentive middleman.

However, in spite of having not fully succeeded, the Fishing Settlement Association helped to destroy fishermen's prejudice against associative work.

The author recognizes that positive results have been obtained; he believes in artisan fishing as an economic force in the fishing productive process; but he also foresees somber perspectives for this seashore cultural patrimony, since the artisan fisherman can not be regarded by the sector in the same way as the industrial producer.

MARQUE UM ENCONTRO COM VAN GOGH



Vincent Van Gogh (40 x 50)

Os mais belos quadros dos grandes mestres estão agora ao seu alcance.

Reproduções sobre tela, importadas da Itália, que não devem nada aos originais, (a não ser no preço) para valorizar o seu ambiente. A escolha é sua.

Livrarias da Fundação Getúlio Vargas

RIO — S. PAULO
BRASÍLIA